

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.390.355 - RS (2018/0286664-1)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
AGRAVANTE : **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**
PROCURADORES : **MARCOS LEANDRO DE FREITAS XAVIER - RS028843**
 ELTON AIRTON ZIELKE E OUTRO(S) - RS017574
 MARCOS TUBINO BORTOLAN - RS036584
 DANIELA FERNANDA COSTA - RS034422
 ANA CLARA BERWANGER BITTENCOURT - RS049418
 LISANDRA MORAES DE AZEREDO - RS044473
 NILTON ROGERIO BORGES MIRANDA - RS041989
 JULIANA RIEGEL BERTOLUCCI - RS069436
 GABRIEL ALMEIDA DE ALMEIDA - RS058614
 DEBORA CARVALHO DE SOUZA - RS074290B
AGRAVADO : **PEDRO ALEXANDRE CABREIRA ALFARO**
ADVOGADOS : **CLAUDIO CALDEIRA ANTUNES - RS0045767**
 LETÃ-CIA PEREIRA ANTUNES - RS0087982
 MARCELO PEREIRA ANTUNES - RS0090021
 VANESSA PEDROSO COELHO - RS0080367

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. AUSÊNCIA DE PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTIVA.

1. A Primeira Seção, com fundamento no art. 927, § 3º, do CPC/2015, modulou os efeitos das teses jurídicas definidas no REsp n. 1.336.026/PE para definir o dia 30 de junho de 2017 como o termo inicial do prazo prescricional das pretensões executivas fundadas em título judiciais, firmados ainda durante a vigência do CPC/1973, que estejam dependendo do fornecimento de documentos ou fichas financeiras pelo executado.

2. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento:

Superior Tribunal de Justiça

"A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."

A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Herman Benjamin e Og Fernandes votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

